



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 22 DE NOVEMBRO DE 2005

N.º 3480

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2º Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Francisco Viga.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz, Sérgio Oliveira e José Luis.

PSB - Delorgem Campos.

PL - Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão e Hélio Lopes.

PSDB - Luiz Gonzaga, Helder Paiva e José Vieira.

PP - José Bestene e Roberto Filho.

PDT- Luiz Calixto.

PPS - Tarcísio Medeiros e Nogueira Lima.

Sem Partido - Ronald Polanco

Atos da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO N. 171/2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Aluizio Rocha da Silva**, Analista Legislativo, CL. "B", CÓD.PL-NS-101, Ref. 8 e **Pedro Ferreira da Cruz**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NM-301, Ref. 15 do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para, na cidade de Manaus -AM, no período de 10 a 12 de novembro do corrente ano, participarem de duas discussões sobre Elaboração, Execução e Avaliação de Orçamento Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **quatro** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

10 de novembro de 2005

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 172/2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **José Luis**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, para, na cidade de Goiânia - GO, nos dias 9 e 10 de novembro, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo Acreano.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

10 de novembro de 2005.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 173/2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Deputada **Antonia Sales**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, para, na cidade de São Paulo - SP, no dia 10 de novembro do corrente ano, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo Acreano.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

10 de novembro de 2005.

Deputado SÉRGIO OLIVEIRA
 Presidente

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

RESOLUÇÃO N. 174/2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a data de admissão da servidora inativa **Rosângela Nunes de Oliveira Lima**, Auxiliar Legislativo, CL. "B", CÓD.PL-NB-401, Ref. 9, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, de 01.05.1989 para 01.08.1988, conforme Parecer n. 24/2000, exarado pela Consultoria Jurídica desta Assembléia, nos autos do Processo n. 425/2000.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

10 de novembro de 2005.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 175/2005

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Assera Ayache Sobrinho**, Consultor Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NS-101, Ref. 13 e **Maria Fernanda Montenegro Aragão**, Consultor Legislativo, CL. "C", CÓD.PL-NS-101, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, para, na cidade de São Paulo - SP, no período de 14 a 19 de novembro do corrente ano, participarem do APG - Programa de Gestão Avançada da Amanakcy.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **duas** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "MILTON DE MATOS ROCHA",

11 de novembro de 2005.

Deputado Sérgio Oliveira
 Presidente

Deputado Ronald Polanco
 1º Secretário

Deputado Moisés Diniz
 2º Secretário

83ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 22 de novembro de 2005

Presidência: Deputados SÉRGIO OLIVEIRA e HELDER PAIVA
 Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO, FRANCISCO VIGA do PT; EDVALDO MAGALHÃES, ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA, JOSÉ LUIS do BPM; CHAGAS ROMÃO, ANTONIA SALES, HÉLIO LOPES do PMDB; LUIZ GONZAGA, HELDER PAIVA, JOSÉ VIEIRA do PSDB; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS; JOSÉ BESTENE, ROBERTO FILHO do PP; DELORGEM CAMPOS do PSB; DINHA CARVALHO do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; RONALD POLANCO Sem Partido.

AUSENTE: Deputado NOGUEIRA LIMA do PPS.

O Senhor Presidente (SÉRGIO OLIVEIRA) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

OF. GAPRE N. 1.581/2005, do Presidente do Poder Judiciário do Estado do Acre, Desembargador Samoel Evangelista, em atenção ao Ofício Circular n. 24/GABP, de 10 de novembro de 2005;

OF. GAPRE n. 1.604/2005, do Presidente do Poder Judiciário do Estado do Acre, Desembargador Samoel Evangelista, solicitando colocar à disposição daquele Poder, com ônus para esta Casa Legislativa, a servidora Rubedna Braga Rola, que será lotada no Gabinete do Desembargador Pedro Ranzi;

Indicação n. 178/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, solicitando ao Governador do Estado do Acre, viabilizar junto a Secretaria de Estado de Estado de Saúde, em atendimento a solicitação da diretoria do SINDSAD, os seguintes itens: 1. Um aparelho de Tomografia novo; 2. Aparelho de Ressonância Magnética (coluna e Cérebro); 3. Curso para operadores na Assistência Técnica para manutenção básica desses equipamentos; 4. Que haja uma avaliação do desempenho médico pelos clientes atendidos em hospitais públicos;

Indicação n. 179/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do deputado Tarcísio Medeiros, solicitando ao Governador do Estado do Acre, Jorge Viana, que determine ao órgão competente, colocar em todas as placas indicativas de obras públicas, o valor dos recursos e o prazo de execução das referidas obras;

Moção de Aplauso n. 21/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, manifestando “Moção de Aplauso à Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawás do Rio Gregório – OAEYRG e à Cooperativa Agro-extrativista Yawanawá – COOPYAWA, juntamente com seus representantes e aliados”;

Moção de Aplauso n. 22/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual manifesta “Moção de aplauso ao empresário José Augusto da Costa Maia por ter construído o primeiro laticínio no Vale do Tarauacá-Envira”;

Moção de Aplauso n. 23/2005, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, manifestando “Moção de Aplauso ao Líder dos Povos da Floresta Chico Crente por sua luta de meio século em defesa dos agricultores e extrativistas do Rio Tarauacá”;

CARTA, da Gerente de Agência do Banco do Brasil, Marina Gaia Ferreira da Silva, solicitando autorizar a utilização pública do TAA instalado nesta Secretaria no último final de semana de cada mês; e no mês de dezembro/2005, tal necessidade antecipa-se para o penúltimo final de semana, ou seja, dias 17 e 18 de dezembro;

Mensagem n. 762/2005, do Governador do Estado do Acre, em exercício, Arnóbio Marques de Almeida Júnior, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n. 100/2005, de autoria da Mesa Diretora, que “Altera e acresce dispositivos da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004”;

Carta, do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, Deputado Themistócles Filho, manifestando sua satisfação pela instalação do Colégio de Chefes dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal e agradecendo o gesto de generosidade do Presidente desta Casa ao sufragar o seu nome para ocupar a 1ª Vice-presidência do referido Colegiado;

Projeto de Lei n. 118/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. João de Souza Lima”;

Projeto de Lei n. 119/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Tarcísio Medeiros, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Francisco Pereira da Frota”;

Projeto de Lei n. 120/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano ao Dr. Francisco José Maia Guedes”;

Projeto de Lei n. 121/2005, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Institui o ICMS Indígena, destinado à arrecadação deste tributo para as aldeias indígenas, através do Fundo Estadual Indígena”;

Projeto de Lei n. 122/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano Senhor José Carlos dos Reis Meirelles”;

Projeto de Lei n. 123/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano Dr. Jason Ferreira da Silva”;

Projeto de Lei n. 124/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Moisés Diniz, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano ao Dr. Moisés Ferreira Alencastro e Souza”;

Projeto de Lei n. 125/2005, acompanhado de justificativa, de autoria do Deputado Roberto Filho, o qual “Concede Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Edson Américo Manchini”.

Pequeno Expediente

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Senhores Deputados, conforme entendimento entre as lideranças, suspenderemos a presente Sessão, por quinze minutos, para que possamos fechar o relatório que se encontra na Comissão, em seguida voltaremos a Sessão para a votação do Conselheiro do Tribunal de Contas. Está suspensa a presente Sessão. (PAUSA)

Reaberta a Sessão, dado o adiantado da hora, consideramos prejudicado o Pequeno Expediente.

Grande Expediente

(Não houve oradores inscritos).

Ordem do Dia

Aberta a Ordem do Dia, o Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao Projeto de Decreto Legislativo n. 2/2005, de autoria da Mesa Diretora, que “Aprova o nome de Vicente Aragão Prado Júnior, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre”; Projeto de Decreto Legislativo n. 3/2005, de autoria da Mesa Diretora, que “Aprova o nome de Ronald Polanco Ribeiro, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre”. Projeto de Decreto Legislativo n. 4/2005, de autoria da Mesa Diretora, que “Aprova o nome de Antônio Costa Santos, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre”. Projeto de Decreto Legislativo n. 5/2005, de autoria da Mesa Diretora, que “Aprova o nome de Jônathas Santos Almeida de Carvalho, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre”.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, o relatório elaborado pela Comissão designada para a análise dos currículos, prende-se a aprovar os candidatos que preencheram todos os requisitos previstos no Edital, portanto a leitura é conjunta para todos os pleiteantes, ou é diferenciado?

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Comunicamos aos Nobres Parlamentares, que o Secretário irá ler todos os Decretos, pois foi lido apenas o do Dr. Vicente Aragão e em seguida nós faremos a discussão de todos.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros e companheiras, quero saudar a direção do Partido dos Trabalhadores e os Senhores da Imprensa que estão nos assistindo.

Quero saudar em particular o Presidente desta Casa, os concorrentes à vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, Johnatan Carvalho, Vicente Aragão, Ronald Polanco e Antonio Costa, e dizer que independente do voto, temos que fazer uma saudação a essas pessoas, pois, possuem currículos excelentes e estão dentro dos critérios exigidos, mas, nós só podemos votar em um candidato. Portanto, antes gostaria de falar sobre o meu voto e dizer que para ser um Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, é preciso estar apto, falo isso, porque me sinto extremamente à vontade para falar desse órgão, que para mim não passa de um Tribunal de Faz-de-Conta, a começar pelos processos que são aprovados lá.

Sendo assim, na minha opinião, o processo de escolha para Conselheiro do Tribunal Contas, deveria ser através de concurso público, sério, com provas e títulos. Do contrário, a escolha passa a ser política, quando antes de tudo, deveria ser técnica, uma vez que é um órgão fiscalizador e ajuda este Poder a fiscalizar os Poderes Executivos, Municipais e Estaduais, mas não é isso o que ocorre. Esta escolha é mais política do que técnica e muitas vezes as indicações não são corretas. Vou inclusive, citar um exemplo: o Cristóvão Cameli, todos sabem, que era uma pessoa que não preenchia os critérios exigidos, principalmente se levarmos em consideração, o fato dele ser médico. Observem, que estamos questionando isso há muito tempo na justiça, e até hoje não obtivemos uma posição.

Acredito que um dia terei a oportunidade, em nível nacional, de poder ajudar a mudar a Constituição Brasileira, e podem ter certeza que eu estarei lá, tentando fazer essa mudança, só assim, os Tribunais de Contas dos Estados, atuarão como órgãos fiscalizadores.

Aqui em nosso Estado, temos contas que deveriam ter sido rejeitadas como a do Senhor Orleir Cameli, que é um ladrão público, aqui do Acre e que roubou este Estado vergonhosamente, portanto, deveria estar preso, mas, até hoje isso não aconteceu. Isso, com a participação desta Casa, porque até hoje, não votou, e temos sido cúmplices dessa pouca vergonha.

Deputado Polanco, eu estou dizendo isso, porque eu vou votar em V. Exa. e gostaria sinceramente, que o nobre colega não tomasse parte das posições que eu vejo naquele órgão de faz de conta. E quero aqui dizer, que irei fiscalizar, pois esse é o primeiro voto que eu darei para esse órgão. Estarei aqui, com certeza, exigindo que esse voto seja exceção. Aquele Tribunal de Faz-de-Conta. Onde se consegue aprovar contas como as do Luiz Pereira, do Paulinho de Acrelândia, de várias quadrilhas e gangs que existem neste Estado e que aprova as contas com ressalvas não é confiável porque como é que se aprova contas de ladrões com ressalvas? Ladrão é ladrão e ponto final.

Eu espero que o meu voto seja exceção. Fiz questão de me inscrever primeiro, não para fazer aquele discurso de que o Deputado Polanco é uma pessoa maravilhosa, mas para deixar claro que eu quero, eu exijo que o meu voto seja de exceção dentro daquele Tribunal de Faz-de-Conta.

Quero saber como é que vão ser votadas as contas do ladrão do Orleir Cameli, o qual é um ladrão público. Ninguém roubou mais neste Estado do que ele e outras quadrilhas, as quais têm suas contas aprovadas.

Antes de terminar o meu tempo, devo dizer companheiro Polanco que eu nunca dei um voto com tanta certeza de que vai ser de exceção neste Tribunal de Faz de Conta. E eu espero sinceramente, que realmente seja assim. Eu tenho dificuldade em ir à solenidades de posse de certas figuras deste Estado, mas no dia da sua posse, eu vou ficar rezando por V. Exa^a.

Eu tenho certeza que o trabalho que V. Exa^a. e o Deputado Sérgio Oliveira fizeram aqui nesta Assembléia Legislativa, de zelo e de respeito ao dinheiro público, está sendo coroado com sua indicação para o TCE. Eu tenho convicção que essa sua postura é consequência da educação dada por sua mãe, uma mulher lutadora que perdeu o marido de uma forma trágica, mas que conseguiu educar os filhos. Eu conheço os seus irmãos e suas irmãs, todos estão formados, todos são pessoas direitas, os quais estão trilhando o caminho que sua mãe sempre quis.

Em 2006, vai fazer vinte anos que nos conhecemos, quando participamos de uma chapa para o DCE da UFAC. Lá V. Exa^a fazia o Curso de Economia e eu o Curso de Letras. E ganhamos a eleição dos companheiros do PC do B. A chapa se chamava Liberdade. E por incrível que possa parecer o Presidente era o Carioca, o qual mudou muito. E nós fazímos parte dessa chapa.

Faço questão, Deputado Polanco, de tirar uma cópia dessa foto – eu ainda sou da época da cópia – para que o Senhor coloque num cantinho especial da sua sala no Tribunal de Contas. E por favor, eu faço um último apelo ao Senhor: faça com que aquela instituição não seja esse Tribunal-de-Faz-de-Conta que é hoje. Tente contribuir para que o Tribunal de Contas seja correto e tenha zelo com o dinheiro público, porque ele não é nosso. Dinheiro público tem que ser respeitado e uma forma de fazer isso e não aprovar as contas de ladrões com esse negócio de ressalva, porque não existem ressalvas para ladrão. Roubo é roubo, e quem rouba tem que ir para a cadeia.

Então eu quero, aqui, declarar que o meu voto será em V. Exa^a, companheiro Polanco, porque acredito, sinceramente que V. Exa^a vai fazer a diferença naquele Tribunal-de-Faz-de-Conta, tornando-o um Tribunal de Contas correto.

Obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputado EDVALDO MAGALHÃES (Líder do Governo)

– Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, companheiras e companheiros que vieram a esta Sessão especialmente para acompanhar esse processo importante sobre a definição da vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas, demais candidatos a essa vaga, fui Presidente da Comissão que analisou os currículos, mas aqui quero me pronunciar como membro do PC do B aqui nesta Casa.

Queria começar externando uma opinião que talvez não seja compartilhada por muitos, mas é acolhida por tentos outros. O Acre

nesses últimos anos sofreu mudanças importantes no interior das suas instituições, qualquer pessoa minimamente comprometida com a história e a verdade haverá de constatar que houve mudanças profundas no Executivo, no Ministério Público, no Tribunal de Justiça e no Legislativo, eu diria que houve uma mudança radical. A Assembléia Legislativa sofreu um processo intenso de mudanças desde a sua relação institucional com a sociedade, como também se tornou uma mais democrática, mais aberta, com maior acesso da sociedade ao seu cotidiano. Mudou suas relações interpartidárias e até interpessoais. Ressalvo isso para dizer que o Deputado, hoje, Sem Partido, Ronald Polanco, foi peça fundamental nesse processo que vivemos aqui nos últimos anos.

Esse é meu segundo mandato de fato, pois assumi um ano e quatro meses como suplente, portanto eu tenho 8 anos e 4 meses de mandato, mas é a primeira vez que eu tenho a oportunidade de me manifestar e votar para a escolha de um membro para o Tribunal de Conta do Estado. Isso já faz parte da mudança, antes em quatro anos se mudava 3/4 dos Conselheiros, dava-se um jeito, arranjava-se algumas aposentadorias para se construir salva-guardas. E o nosso Partido, PC do B, definiu há muito tempo, que nós votaríamos no nome do Deputado Polanco. Companheiros que nos assistem, eu queria realçar algumas características que não cabe nos currículos, porque, às vezes, são muito frios, porque citam apenas os cursos a experiência administrativa, mas têm algumas características fundamentais nas pessoas que não cabem neles, mas são decisivas num processo de escolha.

O Deputado Polanco nos ensinou a ter uma postura mais republicana. Como Secretário da Mesa Diretora desta Casa nunca, confundiu o trabalho do Poder com o seu papel de militante do Partido dos Trabalhadores. Todas as suas atitudes aqui nessa Casa, na relação com a base de sustentação do Governo, com a Oposição, sempre foram muito transparentes. Isso não é fácil, porque nós vivemos aqui momentos de grande acirramento pela disputa política. E o Deputado Polanco sempre se posicionou, nunca deixou dúvidas sobre o que pensava e defendia. Sempre teve uma postura ampla, quando se tratava dos interesses da Casa.

O Deputado Polanco nos ensinou a deixar de lado os interesses eleitorais imediatos para defender o interesse da Instituição. Ele sempre teve coragem de tomar medidas, às vezes, amargas, para fazer com que a Casa ganhasse mais respeito e transparência, caminhasse pelo caminho da legalidade. Fez isso, às vezes, em prejuízo a sua própria imagem, até em prejuízos eleitorais, mas preservou interesses públicos, portanto, teve uma postura mais coletiva.

O Deputado Polanco inaugurou o tempo de discutir o desenvolvimento do Estado, aliás, teve um tempo que isso virou até piada, porque o Polanco usava esse microfone para falar do Desenvolvimento Sustentável, período em que esta expressão não tinha eco nenhum dentro desta Casa, muito menos na sociedade acreana.

Há mais de dez anos, o Deputado Polanco levantou esta bandeira, teve a coragem de vislumbrar para além do seu tempo, não discutia só o imediatismo da atividade política, portanto foi alguém que teve visão estratégica, que soube abrir caminhos no debate político sobre os interesses do nosso Estado. Isso não está no seu currículo Deputado, mas isso está marcado nas mentes, nos corações daqueles que acompanharam o debate político desses últimos dez anos no nosso Estado. É por isso que declino aqui em meu nome e do meu partido, PC do B, o meu voto a V. Exa^a.

Eu tenho absoluta certeza que a onda de reestruturação que tomou conta de diversas instituições no nosso Estado, nos últimos anos, será levada para o Tribunal de Contas.

Eu tenho profunda confiança na capacidade política administrativa, mas também na capacidade de levar a onda de mudanças para dentro do Tribunal de Contas. O voto no Polanco não significa o desgaste das outras três candidaturas. Os três candidatos preenchem os pré-requisitos necessários para a disputa desta vaga do Tribunal de Contas. Mas o voto no Polanco tem um delta a mais, tem uma qualidade a mais, porque eu não acredito nas soluções técnicas para os problemas da sociedade. Eu não sou daqueles que acha que tecnicamente você resolva os problemas.

Nós vivemos no Brasil uma experiência inédita, onde forças progressistas, democráticas e populares souberam se entronizar com a luta do nosso povo, com a sua experiência de organização social, para promover mudanças e conseguir inclusive alcançar o poder político. Esta conquista é política e só se faz no campo da vida política, nunca se promoveu mudanças só pelo campo da técnica, da regra, pela letra morta do saber acadêmico, apenas as mudanças se dão pelo posicionamento político amplo, republicano, por isso, hoje, ele tem uma importância

estratégica no processo de mudanças a ser construído no Tribunal de Contas do nosso Estado.

Eu encerro meu pronunciamento dizendo que a escolha que nós faremos hoje, vai fazer parte também da construção de um tempo novo para o Tribunal de Contas do Estado, com a ida àquela corte do Deputado Ronald Polanco.

(Sem revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, eu gostaria de sugerir à Mesa, que convidasse os outros candidatos, que estão aqui no Salão do Povo, a adentrarem o plenário.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Deputado Fernando Melo é uma boa sugestão, mas segundo o Regimento, não é permitida a permanência de outras pessoas no plenário desta Casa, apenas Deputados.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, inicialmente eu gostaria de parabenizar o contador Jônathan Santos pelo belíssimo currículo, pelos cursos de formação e pela formação acadêmica e profissional; o advogado Vicente Prado também pela formação profissional, o advogado Antonio Costa dos Santos pelo currículo brilhante e recheado de boas formações e o economista e Deputado Ronald Polanco que também é detentor de inúmeras qualidades.

Os Tribunais de Contas do País conseguiram um feito inédito, infelizmente tornaram-se em todas as unidades da federação ou em todos os municípios que também têm seus Tribunais de Contas Municipais, instituições desmoralizadas perante a sociedade brasileira. O erro está no DNA das suas Constituições. Os Tribunais de Contas não foram criados para fiscalizar a boa execução dos atos públicos, para fiscalizar a correta aplicação do dinheiro do povo, mas foram criados no Brasil e copiados no Acre, evidentemente, para abrigar e acomodar pessoas ligadas ao Governo, indicadas pela Assembléia Legislativa. São instituições medrosas e que apesar de seus conselheiros terem o atributo da vitaliciedade e de não possuírem chefes, são instituições que não agem, subalternas, e que ainda que constitucionalmente sejam órgãos auxiliares da Assembléia Legislativa, se constituíram como verdadeiros pandemônios para gastar o dinheiro público, sem nada oferecer em troca.

O Tribunal de Contas do nosso Estado gastará em 2006 a quantia de R\$ 16.959.253,00 com o pagamento dos Conselheiros, funcionários e suas atividades. E se desconhece no Estado, qualquer acordão lavrado pelos Tribunais de Contas aqui do Estado do Acre, qualquer ação, punindo, penalizando aqueles que por quaisquer motivos não tenham aplicado corretamente os recursos públicos. Digo isso porque os Tribunais de Contas se transformaram em órgãos meramente políticos. Ainda que todos os quatro concorrentes tenham qualidades para exercer o cargo, um será ungido porque conseguiu o apoio político necessário para obter a quase totalidade dos votos desta Casa, além das suas qualidades.

Faço também aqui homenagens ao Deputado Polanco que terá um imenso desafio. Talvez não seja ele quem mudará o estado das coisas do Tribunal de Contas para que ele deixe de ser, como a Deputada Naluh diz, um Tribunal de faz-de-conta, medroso, subalterno e que não tem na sua história qualquer ato, qualquer ação condenando os corruptos deste Estado. Suas decisões sempre foram reformuladas e, se isso ocorreu, foi porque não possuíam o embasamento necessário para punir responsáveis por ações erradas, por isso eram facilmente contestadas. Aquela instituição ainda não passa de uma casta de privilegiados, de bons salários, boas vantagens e o desafio do nosso colega Deputado Polanco, será no mínimo, sinalizar uma referência de que o Tribunal de Contas deverá cumprir a função de fiscalizar os atos do Governo, da

Prefeitura, orientar aqueles que estão errando e punir aqueles que cometem delitos administrativos e orçamentários.

A minha posição nesta eleição, que no momento oportuno vou declarar, será a abstenção. Vou me abster por razões de foro íntimo, que não me compete declarar agora, mas desejo ao Deputado Ronald Polanco, muito sucesso na sua nova empreitada sem fazer-lhe nenhuma recomendação, nem pedidos e sugestões, porque não creio que o Tribunal de Contas mude com a posse do nobre Deputado, nem mude suas concepções, sua forma de agir. Acredito que ele funcionará da mesma forma como funcionou em governos anteriores.

O Flaviano foi eleito governador e colocou o Conselheiro dele; o Romildo colocou o seu; o Orleir também e agora o Governador Jorge Viana coloca o Deputado Ronald Polanco e mesmo que o Deputado não seja o candidato dos olhos do Palácio Rio Branco, essa não deixa de ser também uma indicação política do Partido dos Trabalhadores.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT - EM APARTE) – Deputado Luiz Calixto, faltou uma coisinha no que eu falei que era exatamente isso. Todos os ex-governadores tiveram um candidato, mas pela primeira vez, um Conselheiro não é do agrado do Governo e isso é importante ser dito. Se foi ou não construído o nome do Deputado Polanco, isso é uma outra coisa, agora, é importante ser dito que pela primeira vez a história desta coisa chamado Tribunal de faz-de-conta, terá um candidato, se o Deputado for eleito, que não é uma indicação de um Governador. Essa será a primeira, pois esse caboclo Boliviano, se for eleito, será eleito por méritos próprios, não pela mão do Governo. Obrigada pela oportunidade de poder esclarecer isso.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Deputada Naluh, obrigado. Para finalizar, Presidente, quero dizer que com relação ao desafio do Deputado Ronald Polanco, somente a prática demonstrará como ele agirá, pois talvez seu desafio seja maior do que o dos outros, diante de um Governo que é acossado por várias denúncias de corrupção e que teve, aqui, de forma muito clara e com muita transparência, o Deputado Ronald Polanco como um dos seus defensores e isso ele nunca fez questão de esconder. Agora V. Ex^a. Passará à condição não só de defensor e aliado, mas de uma pessoa que tem obrigação perante a sociedade de demonstrar sua isenção. Portanto, ao Deputado Ronald Polanco devem ser dados todos os créditos, todos os votos de confiança para que ele demonstre na prática que será um Conselheiro diferente dos demais, até que se prove o contrário.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, assistentes aqui presentes, em primeiro lugar quero falar aqui sobre o trabalho da Comissão, da qual fui relator. O nosso trabalho foi o de ouvir e juntar a documentação de todas as pessoas que procuraram essa Casa, inclusive, como vocês puderam observar, citei que algumas pessoas não puderam se habilitar a vaga do TCE, porque não estavam com a documentação conforme o Edital.

Conversei com todas as pessoas que foram habilitadas pela Comissão para disputarem esse cargo e algumas delas, confesso, até me impressionaram pelo seu currículo, pela forma de agir e de pensar. E da nossa parte, mesmo que alguns estejam querendo entrar na Justiça, para impedir a votação, tratamos esse caso com isenção. Não só eu, como todos os membros da Comissão.

Quero dizer Deputado Polanco, que para nós do Partido dos Trabalhadores a sua ausência vai ser uma perda muito grande. Nossos votos são de que V. Ex^a., no Tribunal de Contas, pelas articulações que estão sendo feitas nesta Casa, faça um trabalho com total isenção, tendo em vista todo o trabalho que V. Ex^a. tem prestado à sociedade, como foi relatado por outros companheiros que me antecederam nessa tribuna.

Tenho certeza que o nosso partido, ao qual V. Ex^a. pertenceu até recentemente vai fazer questão de votar em V. Ex^a. Eu, na qualidade de Líder do PT, hoje, quero dizer para V. Ex^a. que estarei votando no nobre colega. Porém, tanto perde o nosso partido como esta Casa, como foi relatado aqui pelo Deputado Edvaldo Magalhães. Quem não lembra das suas lutas aqui contra os marajás desta Casa, onde foi feita até cota para dar fim a sua vida e o Senhor enfrentou isso com tanta firmeza? Até hoje há uma revolta muito grande com V. Ex^a., mas o nobre Parlamentar fez isso pelo zelo do dinheiro público. E isso é muito importante.

Segundo depoimento de outros colegas, inclusive, hoje, sabemos como eram escolhidos os Conselheiros do Tribunal de Contas. E repetindo um pouco o que já foi falado pelas pessoas que me antecederam, o Deputado Polanco soube conquistar os nobres Pares desta Casa, seja da base de apoio do Governo, ou não. Então, não é apenas uma questão de indicação.

Voltando ao assunto que foi enfatizado aqui no final pelos Deputados Luiz Calixto e Naluh Gouveia, eu tenho certeza que o nome do Deputado Polanco não é uma indicação do Governador Jorge Viana. Tem um trecho da Bíblia que diz: "Quem não é contra nós, é por nós". Tenho certeza que o Governador Jorge Viana não levantou um dedo, para que o companheiro Polanco fosse para o Tribunal. Em nome do PT quero aqui declarar o meu voto ao Deputado Polanco.

(Sem revisão do orador)

Deputado Pe. VALMIR FIGUEREDO (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria dizer ao Deputado Ronald Polanco que cheguei aqui sem conhecer realmente os caminhos da política, sem saber o que era ser um Deputado realmente. O trabalho aqui na Assembléia foi uma escola para mim. Então gostaria de agradecê-lo pelos conselhos que me deu, pela sua luta em conduzir este Estado rumo ao Desenvolvimento Sustentável, cada vez mais forte e real. Por tudo isso eu acredito que está Casa perde muito com sua saída, mas acredito que sua presença naquele Tribunal será importante. É claro que ele não vai chegar lá mudando tudo. Muitos pensam que ao chegar aqui vão conseguir fazer isso, mas aqui existe uma constituição que deve ser respeitada. Dificilmente alguém consegue mudar um Parlamento, um Tribunal, porém sua palavra, seu caráter, com certeza, irão contribuir muito.

Quero me alegrar também pela disposição dos demais candidatos que corajosamente concorreram a esse cargo, mesmo sabendo, de antemão, que o Parlamento já havia fechado essa questão em torno do Deputado Polanco, por conhecer o seu caráter e seu trabalho. Mesmo assim quero externar o meu respeito aos demais candidatos, parabenizá-los pelos seus currículos e pela cultura que demonstraram possuir. Quero dizer também que o meu voto é por uma questão de conhecimento pessoal. Por isso, parabéns aos demais candidatos e ao Deputado Ronald Polanco. Gostaria de dizer que a Assembléia perde com a saída do Deputado Ronald Polanco, mas o TCE ganha.

Obrigado!

(Sem revisão do orador)

Deputado FERNANDO MELO (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de me pronunciar neste momento em que nós estamos prestes a fazer a eleição do novo Conselheiro do Tribunal de Contas, indicado por esta Casa.

Levando em conta o que foi falado pelo Deputado Luiz Calixto e pela Deputada Naluh Gouveia, gostaria de me pronunciar um pouco contra isso. Eu acho que o Tribunal de Contas do Estado do Acre, aliás, não só este, mas todos os Tribunais de Contas dos Estados brasileiros, estão passando por reformas. No Acre já acompanhei o desenvolvimento de algumas atividades naquele órgão, na época em que fui Secretário de Segurança Pública do Estado, onde fui muito bem atendido, principalmente, quando havia necessidade de me aconselhar e ouvir as recomendações sobre como proceder diante de uma situação.

Então, várias consultas foram feitas àquele órgão e sempre fomos muito bem recebidos por aquela instituição.

O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar deste Poder que fiscaliza as contas dos órgãos públicos do Estado. É claro que a sociedade precisa cobrar mais, assim como este Poder. Vou ler aqui o nome das pessoas que desempenham o papel de Conselheiros no Tribunal de Contas do nosso Estado. São pessoas que se destacaram em nossa sociedade. Eu acredito que com a entrada do novo Conselheiro, o Deputado Ronald Polanco, que essa equipe ficará bem melhor. São eles: Antônio Malheiros, José Augusto que foi membro deste Poder, Cristóvão Cameli, Macapá, Valmir Ribeiro, que também foi Deputado nesta Casa e agora Deputado Ronald Polanco, será o terceiro ex-Parlamentar, a fazer parte daquela instituição.

Então, eu acredito que pelo que foi falado aqui, o nobre colega está deixando a vida de Parlamentar para ser Conselheiro de um órgão que tem também tem o seu valor. Mas da forma como os Senhores estão fazendo, estão deixando o Deputado Ronald Polanco numa situação vexatória, colocando aquele órgão como se fosse um dos piores, quando na verdade é um órgão muito importante, já que exerce a função de fiscalizar os Poderes Executivos, Municipal e Estadual. E, tenho certeza que o companheiro Ronald, com a sua experiência, engrandecerá aquele Poder. Com isso, melhorará o funcionamento dos Poderes, já que é um órgão auxiliar, principalmente, do Poder Legislativo.

A forma de ingresso ao TCE foi questionada pela Deputada Naluh Gouveia, neste sentido acho que seria bom que tivesse uma eleição direta, onde a população participasse. Mas como é feita não deixa de ser uma forma democrática, pois está sendo escolhido pelos Parlamentares que foram eleitos pelo povo. O que eu questiono no Tribunal de Contas, é a questão do cargo vitalício. E na minha opinião, traz prejuízo para o Estado. Inclusive, alguns países, já avançaram e os cargos públicos têm período determinado. Eu sonho um dia ver todos os cargos como de Juízes, Promotores, Defensores, Conselheiros de Tribunais de Contas, como são os Parlamentares que estão sendo cobrados com um mandato por tempo determinado, para que as pessoas não se acomodem naquele cargo e para que possa haver o princípio da alternância de poder, de pessoas exercendo cargos importantes da sociedade.

Portanto, quero parabenizar a todas as pessoas que se inscreveram, demonstrando o interesse de ocupar esse importante cargo. E declarar, aqui, de público, antecipadamente, o meu voto ao Deputado Ronald Polanco, porque acredito que ele poderá somar aos demais Conselheiros e melhorar cada vez mais o trabalho do nosso Tribunal de Contas do Estado do Acre.

(Sem revisão do orador)

Deputado JOSÉ LUIS (BPM) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, na realidade, eu também gostaria de dizer o que todo mundo dizia: "Deputado, o Governador já disse quem é o candidato".

Quero deixar bem claro que não fui chamado e nem o Líder do Governo me pediu voto. Também quero deixar registrado que meu voto não seria para o Deputado Polanco, porque eu acredito que ele ainda tem muito a dar para a política, e se eu pudesse, eu o indicaria ao cargo de candidato ao Governo do Estado do Acre, porque ele demonstrou aqui nesta Casa que tem competência para isso; mas o PMN se reuniu e decidiu que o nosso voto seria para o nosso colega Deputado Polanco. Então, eu como partidário que sou, acompanho o PMN e voto no Deputado Polanco. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado ROBERTO FILHO (PP) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero dizer que em relação à escolha do Deputado Polanco para Conselheiro do TCE, quem vai perder é a Assembléia e quem vai ganhar é o Tribunal de Contas.

Digo isso, porque eu convivo com o Deputado Polanco aqui há praticamente 12 anos e sei o quanto ele defendeu a nossa classe. Ele não queria saber se era do PT, do PC do B ou do PMN, ele sempre atendeu a todos com o maior carinho. E eu era um que sempre pedia alguma coisa ao Deputado Polanco.

Aproveito para fazer o meu último pedido ao Deputado Polanco, que ele vá, hoje, a minha casa comer um cozidão que eu estou oferecendo-lhe, porque ele gosta muito. E todos os outros colegas Deputados estão convidados a participarem desse almoço, que terá só um cozidão mesmo, e nada de gente rica.

Então, eu quero desejar felicidades ao Deputado Polanco, que Deus o proteja lá no Tribunal de Contas, assim como o protegeu aqui nesta Casa. Eu vou ficar com muitas saudades dele. Espero que no dia em que eu visitá-lo no Tribunal de Contas, ele me receba com o carinho que ele sempre me recebeu nesta Casa. Só tenho a dizer que vou ficar muito triste com a saída do Deputado Polanco. Eu concordo com o que o Deputado José Luis falou, que o Deputado Polanco seria um bom governador para o nosso Estado.

Então, pelo amor de Deus, não esqueça do cozidão, pois ele já está no fogo. Todos os Deputados estão convidados, inclusive, faço um convite especial ao Deputado Calixto, para que ele não falte ao almoço. Vamos lá, porque é especial para todos!

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, alguns brincam, mas pensando como Deputado de primeiro mandato, como eu nunca vi meia gravidez, meio ladrão, meio corno, então eu acho que não existe meio voto. Ou votamos em alguém ou não votamos. Ou consideramos uma instituição fundamental para a democracia ou nos empenhamos em destituir-la ou destruir-la. Não acho aconselhável afirmar que o Tribunal de Contas é casa de privilégios, acho que não é aconselhável, porque existem no Acre outras casas de privilégios e os dezesseis milhões que o TCE gasta por ano, outras gastam em três meses.

Como a Deputada Naluh, eu também tenho reservas em relação ao TCE, porque as denúncias que eu fiz, como vereador em Tarauacá, muitas delas contra Prefeitos declaradamente ladrões ainda não foram investigadas, mas o TCE é uma instituição democrática. Embora seus membros sejam eleitos por votação indireta, como estamos fazendo hoje, precisam ser eleitos. Outros órgãos como o Ministério Público e Tribunal de Justiça não são assim, ou seja, seus integrantes não são eleitos e seus salários são vitalícios.

Ao contrário dos membros desta Casa, a verdadeira casa do povo, os senhores Juizes, Desembargadores e Promotores não são chamados de Excelência, podem ser chamados de bonitos nomes como Meritíssimo, mas não de Excelência, título pelo qual apenas quem é eleito pelo povo é chamado, a saber: os Deputados, Prefeitos, o Presidente, o Governador e os Senadores, porque excelente é o povo e é ele quem concentra o melhor da sociedade e produz o Parlamento.

Mesmo sendo redundante quero fazer o que já fizeram os meus colegas aqui, uns de forma mais brilhante, com mais eficiência, mais oratória, outros de forma mais simples, mas todos com o mesmo sentimento: defender a nossa Casa. Este Poder, assim como o de Rondônia, de São Paulo, uns com mais ou menos pecados, mais ou menos misérias, é a Casa que o povo escolhe e nesses três anos que sou Deputado, o povo tem vindo aqui, do gari à maçonaria, enquanto no Tribunal de Justiça poucos vão, inclusive daqui. Talvez a Deputada Naluh, a Deputada Federal Perpétua Almeida, o Jair, o Deputado Edvaldo já estiveram lá uma ou duas vezes. O mesmo ocorre com o Ministério Público.

Então, eu aprendi nesta Casa democrática, que o cidadão eleito com seis mil votos tem os mesmos direitos daquele que se elegeu com dois mil. Aquele Deputado que se elegeu pelos votos dos semi-analfabetos, das cabeceiras dos rios tem o mesmo prestígio do que tem 20.000 cabeças de gado, como o meu amigo Deputado Tarcísio. Se ainda não tem essa quantidade, se Deus quiser terá, mas somos iguais. Aprendi nesse três anos, que cada um aqui se destaca de uma maneira, independente da sua constituição biológica, alto ou baixo, calvo, grisalho, etc. Na minha opinião o Polanco se destacou, além da luta pelo desenvolvimento sustentável, que é uma bandeira para os próximos anos, para a próxima década, para que de fato, possamos ser o Governo da Floresta, independente do partido que venha a governar o Acre, um governo para 200 mil anos, mas com esse perfil.

A característica do Deputado Polanco que mais me marcou, foi a sua capacidade de dialogar, de tratar as pessoas com respeito, com igualdade. Da mesma forma que sempre tratou o Presidente Helder Paiva, tratou-me a mim. E mais importante Presidente, a capacidade de estar perto do povo. Nós falamos dos nossos municípios; o Deputado Juarez fala do Jurupari, o Deputado Edvaldo fala do Moa, mas o Deputado Polanco fala do Espalha, vive lá, anda de burro, anda a pé, com a sua simplicidade, o seu jeito de viver, próximo do povo, além de ser aberto ao contraditório.

Portanto, eu acho que o Deputado Polanco, descendente dos incas, dos astecas, com certeza será um bom conselheiro.

Parabéns e tem o meu voto.

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, companheiro, Deputado Polanco, realmente é uma pessoa que tem que ser elogiada aqui na tribuna como Parlamentar, como companheiro, como Secretário da Casa. Ele realmente foi Deputado, usou o seu mandato principalmente como Secretário da Casa para defender os interesses do Poder Legislativo, o que infelizmente não vemos isso acontecer com os demais membros da estrutura da Mesa e eu gostaria que isso acontecesse.

Quando alguns Deputados vêm à tribuna e fala da indicação política e que o Governo não interferiu para que fosse outro nome ou fez campanha para o companheiro Deputado Polanco, é complicado, porque o companheiro Deputado Edvaldo Magalhães, Líder do Governo, por quem tenho o maior respeito, e ele sabe disso, sabe também, que se não fosse a articulação muito forte do Governo do Estado em mandar um nome, fosse esse nome qualquer, ele seria eleito, o nome que viesse do Palácio Rio Branco. Não é, Deputada Naluh Gouveia, que aqui tivesse uma articulação, que o melhor nome é o do Deputado Polanco, e que ele se propôs a sair da Casa para ir ao Tribunal de Contas, é porque o Governo tem a maioria, e todo Governo faz isso. Não é só o Governador Jorge Viana, só que o Governador Jorge Viana usa o mandato atropelando todo mundo. Atropelando os Poderes. E aqui não é diferente. Graças a articulação que foi feita pela Mesa e pelo Líder do Governo, a mando do Governador, que fica feio para alguns companheiros Deputados não votarem no Deputado Polanco.

Nós em conversa alguns dias atrás, há meses passados conversávamos que se viesse um outro nome do Governo iríamos eleger o do Deputado Polanco porque iríamos votar contra o Governo do Estado. Mas que não é porque o Deputado Polanco não é o indicado do Governo, é porque o Deputado Polanco defende uma sigla partidária, ele é do PT. Aqui na Casa o companheiro Deputado Polanco nunca votou um requerimento de pedido de informações, de pedido de uma CPI no atual Governo. Não quero, e até me recuso a imaginar que isso vá acontecer no Tribunal de Contas. Eu quero Deputado Polanco vir à tribuna e dizer: "o ex-Deputado Polanco, o mais novo Conselheiro do Tribunal de Contas, indicado pelos Deputados, está defendendo os interesses da nossa

população", porque até hoje não vemos o Tribunal de Contas fazer isso com freqüência. E, Deputada Naluh, já adianto que vou fazer ano que vem, porque entraremos em recesso nesses dias, uma proposta de Emenda à Constituição Estadual e quero desde já o apoio dos companheiros Deputados e Deputadas e a da Imprensa em geral, para que a escolha dos Conselheiros seja feita através de concurso e com alguns critérios. Pedirei aos Deputados Federais que façam o mesmo na Constituição Federal e que dentre os critérios adotados, que os candidatos não sejam filiados a partido. O currículum dos quatro que estão concorrendo aqui são os melhores possíveis, aqui poderia ser qualquer um dos quatro. Mas votarei contra o companheiro Deputado Polanco, votarei no Vicente Prado, que daqui há pouco seu currículum vai ser lido, até porque Deputada Naluh, ele é filiado ao meu partido. E isso só reforça o que vou propor, para que essa escolha não seja politiqueira, para que ano que vem o Governo não tenha mais nenhum nome no Tribunal de Contas e a Assembléia não tenha mais que escolher seus membros. Ninguém sabe quem será o Governo no próximo ano. Alguns até imaginam que será "A", ou "B". eu tenho o prazer de dizer que o nosso próximo Governador será de Oposição. E aí sim, com essa emenda vai ter indicação do Governo, nem da Casa. Pedirei aqui na Casa essa mudança na Constituição. Hoje, aqui vários Senhores Deputados se pronunciaram e concordam, quero ver se na hora de assinar essa mudança nós teremos as assinaturas necessárias, os votos necessários para que seja aprovado.

Mas Deputado Polanco, desejo de todo coração, não sou covarde, as pessoas que me conhecem, os eleitores, a Imprensa, os Deputados, os companheiros de Deputados, as Deputadas sabem disso, não sou covarde, não faço as coisas as escondidas, aqui me procuraram os outros candidatos, o Vicente, o Antônio e Jonathan e as informações que eu pude dar, o encaminhamento que pude dar, eu fiz. E para vocês ficarem sabendo, eles vão entrar com um mandato de segurança contra a escolha do Deputado Polanco, pois eles entendem que o Deputado Polanco não preenche todos itens, os requisitos necessários para essa escolha.

Mas ai o problema é da Justiça e deles, e quem vai decidir é a Justiça. Mas, quero que o Deputado Polanco vá para o Tribunal e faça lá o que muitas vezes fez aqui, mudanças, muitas delas atropelando funcionários, que nós discordamos. Mas seja firme, futuro conselheiro, seja firme contra a corrupção que existe no nosso Estado, principalmente que você será um conselheiro na gestão do Governador do seu partido, o partido do PT, sigla que muito nos envergonha. Sigla do PT administrada por companheiros seus, que só vêm cada vez mais enlamear os Poderes tanto o Legislativo, como Executivo Estadual e Federal, isso é complicado.

O Deputado Polanco teve que se desfiliar do PT, e eu tenho que pode contar com o nosso apoio para os trabalhos que sejam do interesse da nossa população. Obrigado.

(Com revisão do orador)

Deputado **HELDER PAIVA** (PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, na verdade, eu tenho a maior clareza para falar nesta tribuna da minha satisfação e alegria desde quando começou o processo do envio dos currículos a esta Casa. E nós que fizemos parte da Comissão, juntamente com os Deputados Edvaldo Magalhães, Delorgem Campos, Chagas Romão e outros analisamos os currículos com muita independência, com muito respeito, de acordo com o que exige a lei. Analisando ponto a ponto e quando tínhamos dúvidas, buscávamos a lei. Portanto, quero enaltecer aqui a participação dos nossos candidatos que mandaram o seu currículo. No meu entendimento todos os quatro candidatos aprovados, teriam condições de prestar um bom trabalho no Tribunal de Contas do nosso Estado. Não tenho nenhuma dúvida de que o processo foi feito de uma maneira correta. Portanto, a comissão fez o seu papel dentro do que estabelece a lei.

O voto que será dado em plenário é uma escolha pessoal de cada um dos Senhores Deputados.

Eu entendo que o Tribunal de Contas do nosso Estado tem uma razão de existir. E eu tenho acompanhado de longe o trabalho do Tribunal de Contas e é ele que, de uma forma ou de outra, nos direciona ou nos orienta no sentido de saber como é que estão as contas dos gestores, tanto na área Municipal como Estadual. É possível que haja falhas como existe aqui na Assembléia Legislativa e em outros Poderes. Porém o Tribunal de Contas tem prestado um bom trabalho na área de orientação aos gestores, principalmente os da área Municipal.

Alguns defendem que o Tribunal precisaria ter um outro procedimento, não discordo, mas uma coisa é certa, pelo que temos acompanhado pela Imprensa, a população está mais próxima das informações e temos notado que o Tribunal de Contas efetivamente tem analisado, discutido e ajudado muito, principalmente os Prefeitos do interior do Estado. Às vezes, nas nossas igrejas, nós temos bons pregadores da palavra de Deus, mas eles são limitados quando partem para a área administrativa. Então, eu entendo, que pode haver falhas, porém não vejo como festival de gastos, nem como uma instituição que serve apenas para colocar afilhados, apadrinhados, porque eu olho para as instituições com muito respeito.

Eu quero encerrar, dizendo o seguinte: quando esta Casa começou a discutir a vaga que ia surgir no Tribunal de Contas do nosso Estado eu fui a primeira pessoa a conversar com o Deputado Polanco e sugerir que ele enviasse o seu currículo, pois naquele momento não tínhamos aqui nos nossos quadros um homem com o perfil exigido para assumir aquela vaga.

Não sou um dos mais ligados ao Deputado Polanco, mas quero fazer uma colocação eu sempre gostei de ouvir o Deputado Polanco discutindo o setor produtivo, pois ele tem uma visão ampla em relação ao mundo. É um jovem altamente preparado e eu estou convencido de que, se ele for o eleito, esta Casa estará oferecendo um nome, assim como os que estão lá, que brilhará muito naquele órgão, prestando ao Acre um bom trabalho.

Quem de nós não pertence a partido A ou B? Às vezes não somos filiados, mas somos muito mais apaixonados do que aqueles que são filiados. Isso faz parte da vida do homem.

Portanto, eu voto no Deputado Ronald Polanco muito consciente e com muita tranquilidade, porque sei que estou votando numa pessoa que vai nos honrar naquela Casa e isso não significa dizer que os outros três candidatos não mereçam os nossos votos, mas nesse momento a minha escolha pessoal privilegia o colega Deputado Polanco. Que Deus abençoe a sua administração se assim esta Casa aprovar.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores jornalistas e membros da platéia que aqui se encontram, estamos vivendo um momento inusitado, então gostaria de externar o meu raciocínio a respeito da escolha de um novo Conselheiro que será eleito, hoje, para trabalhar no Tribunal de Contas. Quero dizer aos Senhores que não se trata de fazer uma escolha política, aqui não estamos votando Oposição e nem Situação, estamos votando conscientes. Portanto, sem desmerecer os outros candidatos que têm um currículo brilhante, os quais mereciam meu voto, quero mostrar o meu posicionamento, pois aqui estamos para escolher um candidato, manifesto o meu voto ao colega, ao amigo Deputado Ronald Polanco.

Quando eu vim para esta Casa eu já estava sabendo da atuação de muitos parlamentares aqui na Assembléia. Claro que como Parlamentar novata temos um pouco de medo ao chegar a este Poder para a função de parlamentar, porque não sabemos direito como nos comportar, como falar. Tememos cometer erros, por sabermos que as outras pessoas que aqui estão exercendo seus mandatos, há muitos anos, têm mais conhecimento, sabem se expressar melhor e entendem mais

sobre o Regimento Interno. Porém, eu trouxe recomendações do meu esposo, o ex -Deputado Wagner Sales, a respeito do colega Ronald Polanco. E com o passar do tempo, eu fui vendo que a atuação deste Parlamentar é realmente uma atuação republicana. Com o seu comportamento democrático, ele me fez sentir que eu não estava sendo atropelada nos meus pronunciamentos. Nunca vi o Parlamentar Ronald Polanco atropelar quem quer que seja com seus posicionamentos, com suas convicções nesta Casa. Ele sempre respeitou o contraditório, tanto é que os colegas de Oposição e de Situação entravam em muitos embates; muitas vezes me assustava, já que eu não tinha costume de ouvir essas parlas. Mas aí fui aprendendo que democracia é isso, um se manifesta, mostra suas convicções mesmo que outros não aceitem, assim todo mundo entra em um acordo democrático, respeitando o posicionamento de cada um.

Então, quero dizer-lhe, companheiro e amigo, que eu não tenho dúvida de que V. Exa. fará diferença naquele Tribunal, será aquele tipo de juiz que colocará venda nos olhos quando for julgar, não será amigo A ou B, partido A ou C, nisso eu acredito, porque aqui demonstrou essa postura. Com seu comportamento humilde, vejo que há grandiosidade na sua personalidade. Com sua calma, mansidão e seu silêncio, sempre se manteve ouvindo mais do que falando. Eu tomava isso como um sinal de sabedoria, porque, segundo os antigos, as pessoas sábias não são aquelas que muito falam, mas são aquelas que mais escutam.

Eu fico triste porque a Assembléia vai perder um parlamentar muito experiente, um parlamentar amigo, uma pessoa que tinha empatia com todos os colegas, que não foi antidemocrático e sempre mostrou entender e resolver os problemas que apareceram nesta Casa.

Deputado Polanco, quero desejar-lhe muito sucesso nesta nova vida. Acredito e confio que a sua presença honrará aquele Tribunal. Tudo que V. Exa. sabe a respeito da sua profissão de economista, colocará em prática e, certamente, terá um grande respeito dos colegas, assim como conquistou aqui no Parlamento.

(Sem revisão do orador)

Deputado **JOSÉ VIEIRA** (PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta sessão, não quero fazer defesas, mas sim emitir a minha opinião. Quantas vezes o Tribunal de Contas é criticado dessa tribuna como se todos seus membros não prestassem. Eu vejo que lá existem pessoas sérias, como os conselheiros Valmir Ribeiro, Cristóvão Malheiro, José Augusto e tantos outros. Esses são pessoas sérias neste Estado e como disse o Deputado Helder Paiva, o Tribunal de contas não pode condenar um prefeito ou um administrador se não for constatado roubo na sua prestação de contas, mas simplesmente erros técnicos. Talvez, baseado nisso, é que há aprovação com ressalvas.

Então, eu acredito que nenhum Conselheiro aprove uma prestação de contas na qual haja confirmação de roubo. Mas também não é justo o Tribunal de Contas condenar um cidadão por erros técnicos, até porque, as Prefeituras não dispõe de verbas suficientes para contratar os melhores técnicos do Estado ou do País.

Eu lembro Senhor Presidente, Senhores Deputados que houve discursos desta tribuna, condenando o ex-Governador Orleir, por fazer estrada a R\$ 650.000,00 o quilômetro, mas esse discurso não é feito hoje, quando o Estado está fazendo a mais de dois milhões.

Então, é preciso que nós façamos uma reflexão antes de nos pronunciarmos desta tribuna, para não condenar pessoas por algum ato que na verdade não é ilícito. Volto a repetir que no Tribunal de Contas há pessoas sérias como os Conselheiros que já citei e assessores.

Todos os colegas Deputados sabem que eu sou claro quanto à minha posição nesta Casa. Quando eu me comprometo com uma matéria, eu voto. Quer seja eleição de Mesa, Projeto etc. E quando nós votamos o nome do Cristóvão para Conselheiro do Tribunal de Contas, eu disse ao companheiro Polanco. No dia em que você for candidato a conselheiro,

independente do partido que estejamos, você terá o meu voto, porque vejo em você os pré-requisitos para ser Conselheiro do Tribunal de Contas e gostaria de um dia vê-lo lá, pela sua experiência, dedicação e seu respeito. Por isso, hoje vou votar no meu colega Deputado Polanco e espero que ele realmente faça um bom trabalho naquela Casa.

Nós temos que ter consciência das palavras ditas aqui, para não cair no contraditório. Eu sempre tive essa posição: quando estou contra ou de acordo com uma matéria, eu não escondo.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) - Não havendo mais oradores inscritos, encerramos a discussão. Só para efeito de esclarecimento, nós iremos votar um a um o nome dos candidatos. O primeiro candidato a ser votado será o Dr. Vicente Aragão Prado Júnior.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, para economizar tempo e objetivar a votação, eu sugeriria a V. Exa. que fosse feito apenas uma votação, visto que não é facultado a nenhum Parlamentar votar em mais de um candidato.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Deputado Luiz Calixto, nós iremos cumprir o Regimento, pois segundo a nossa assessoria, temos que votar em cada candidato.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM QUESTÃO DE ORDEM) – Senhor Presidente, pediria que cada Deputado ao ser chamado para votação, dissesse já o nome do seu candidato.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Deputado Luiz Calixto, nós iremos fazer a votação de cada candidato.

Pela ordem:

Vicente Aragão Prado Júnior

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Fernando Melo – não

Juarez Leitão – não

Naluh Gouveia – não

Pe. Valmir Figueiredo – não

Francisco Viga – não

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – não

Élson Santiago – não

Moisés Diniz – não

Sérgio Oliveira – não

José Luis – não

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – não

Chagas Romão – não

Hélio Lopes – não

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – não

Helder Paiva – não

José Vieira – não

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – sim

Partido Progressista – PP

Deputados: José Bestene – não

Roberto Filho – não

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Deputado: Delorgem Campos – não

Partido Liberal – PL

Deputada: Dinha Carvalho – não

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – abstenção

Sem Partido

Deputado Ronald Polanco – abstenção

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – O resultado da votação foi o seguinte: 20 votos contra, 1 a favor e 2 abstenções. Sendo assim o nome do candidato Vicente Prado foi rejeitado.

Deputado Ronald Polanco

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Fernando Melo – sim

Juarez Leitão – sim

Naluh Gouveia – sim

Pe. Valmir Figueiredo – sim

Francisco Viga – sim

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – sim

Élson Santiago – sim

Moisés Diniz – sim

Sérgio Oliveira – sim

José Luis – sim

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – sim

Chagas Romão – sim

Hélio Lopes – sim

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – sim

Helder Paiva – sim

José Vieira – sim

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – não

Partido Progressista – PP

Deputados: José Bestene – sim

Roberto Filho – sim

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Deputado: Delorgem Campos – sim

Partido Liberal – PL

Deputada: Dinha Carvalho – sim

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – abstenção

Sem Partido

Deputado Ronald Polanco – abstenção

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – O resultado da votação é o seguinte: 20 votos a favor, 1 contra e 2 abstenções.

Senhor Antonio Costa Santos

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Fernando Melo – não

Juarez Leitão – não

Naluh Gouveia – não

Pe. Valmir Figueiredo – não

Francisco Viga – não

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – não

Élson Santiago – não

Moisés Diniz – não

Sérgio Oliveira – não

José Luis – não

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – não

Chagas Romão – não

Hélio Lopes – não

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – não

Helder Paiva – não

José Vieira – não

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – sim

Partido Progressista – PP

Deputados: José Bestene – não

Roberto Filho – não

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Deputado: Delorgem Campos – não

Partido Liberal – PL

Deputada: Dinha Carvalho – não

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – abstenção

Sem Partido

Deputado Ronald Polanco – abstenção

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – O resultado da votação foi o seguinte: 20 votos contra, 1 a favor e 2 abstenções. Sendo assim o nome do candidato Antonio Costa Santos foi rejeitado.

Senhor Jônathas Santos de Almeida de Carvalho

Partido dos Trabalhadores – PT

Deputados: Fernando Melo – não

Juarez Leitão – não

Naluh Gouveia – não

Pe. Valmir Figueiredo – não

Francisco Viga – não

Bloco Popular Mobilizador – BPM

Deputados: Edvaldo Magalhães – não

Élson Santiago – não

Moisés Diniz – não

Sérgio Oliveira – não

José Luis – não

Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB

Deputados: Antonia Sales – não

Chagas Romão – não

Hélio Lopes – sim

Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB

Deputados: Luiz Gonzaga – não

Helder Paiva – não

José Vieira – abstenção

Partido Popular Socialista – PPS

Deputado: Tarcísio Medeiros – sim

Partido Progressista – PP

Deputados: José Bestene – não

Partido Socialista Brasileiro – PSB

Deputado: Delorgem Campos – não

Partido Liberal – PL

Deputada: Dinha Carvalho – não

Partido Democrático Trabalhista – PDT

Deputado: Luiz Calixto – abstenção

Sem Partido

Deputado Ronald Polanco – abstenção

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – O resultado da votação foi o seguinte: 17 votos contra, 2 a favor e 3 abstenções. Sendo assim o nome do candidato Jôhnatan Santos de Almeida de Carvalho, foi rejeitado.

Respeitando a votação deste plenário, fica eleito a Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre, o Senhor Ronald Polanco. Parabenizamos o Deputado Ronald Polanco e desejamos sucesso nessa nova empreitada.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

Diversos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIÇO DE PASSAGENS ÁEREAS Nº 001/2004

CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE

CONTRATADA: KAMPA VIAGENS & TURISMO LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE PASSAGENS ÁEREAS

VIGÊNCIA: 24.09.2005 a 23.10.2005.

DATA DA ASSINATURA : 24.09.2005.

SIGNATÁRIOS: Pela Assembléia Legislativa: Mesa Diretora, composta pelos Dep. SERGIO OLIVEIRA, Presidente, e pela Empresa Kampa Viagens & Turismo Ltda.

Moção de Aplauso n. 21 /2005

"Moção de Aplauso à Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawás do rio Gregório - OAEYRG e à Cooperativa Agro-extrativista Yawanawá- COOPYAWA, juntamente com seus representantes e aliados".

Senhor Presidente,

Nos termos e na forma regimental, solicito que se digne a registrar nos anais desta Casa, Moção de Aplauso às entidades indígenas OAEYRG e COOPYAWA, bem como às lideranças indígenas RAIMUNDO LUIZ YAWANAWÁ, BIRACI BRASIL YAWANAWÁ e JOAQUIM TASHKA YAWANAWÁ e ainda aos aliados do Povo Yawanawá: AVEDA Corporation, Ministério do Meio Ambiente e NatuScience.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha
23 de novembro de 2005.

MOISÉS DINIZ - PCdoB
Deputado da Floresta

Moção de Aplauso n. 22 /2005

"Moção de Aplauso ao empresário JOSÉ AUGUSTO DA COSTA MAIA por ter construído o primeiro laticínio no Vale do Tarauacá-Envira".

Senhor Presidente,

Nos termos e na forma regimental, solicito que se digne a registrar nos anais desta Casa, Moção de Aplauso ao senhor José Augusto da Costa Maia, por ter construído o primeiro laticínio no Vale do Tarauacá-Envira.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha
23 de novembro de 2005.

MOISÉS DINIZ - PCdoB
Deputado da Floresta

JUSTIFICATIVA

O Laticínio Jaburu Indústria e Comércio LTDA foi fundado em 1996, na cidade de Tarauacá. Atualmente gera 12 empregos diretos e tem uma produção diária de 650 litros.

No empreendimento Jaburu, o que mais se destaca é o papel em defesa da saúde da população, quando trata o leite que, anteriormente, era vendido in natura.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha
23 de novembro de 2005

MOISÉS DINIZ – PCdoB
Deputado da Floresta

Moção de Aplauso n. 23 /2005

"Moção de Aplauso ao Líder dos Povos da Floresta CHICO CRENTÉ por sua luta de meio século em defesa dos agricultores e extrativistas do rio Tarauacá".

Senhor Presidente,

Nos termos e na forma regimental, solicito que se digne a registrar nos anais desta Casa, Moção de Aplauso ao senhor Francisco Máximo Moura, conhecido por CHICO CRENTÉ, por sua luta em defesa dos agricultores e extrativistas do rio Tarauacá e região.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha
23 de novembro de 2005.

MOISÉS DINIZ - PCdoB
Deputado da Floresta

JUSTIFICATIVA

Durante mais de meio século, o combativo CHICO CRENTÉ esteve à frente das reivindicações e das lutas dos agricultores e extrativistas do rio Tarauacá.

CHICO CRENTÉ foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarauacá e, de lá para cá, nunca abandonou o seu sindicato.

Uma das marcas de CHICO CRENTÉ, além da combatividade, tem sido a sua alegria e a sua irreverência. Mesmo doente, como nos últimos tempos, o patriarca da luta popular de Tarauacá não perde a alegria e a esperança.

A Moção de Aplauso ao camarada CHICO CRENTÉ é o reconhecimento do povo acreano à sua luta em defesa do homem e da mulher que vivem, resistem e lutam na floresta.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha
23 de novembro de 2005

MOISÉS DINIZ - PCdoB
Deputado da Floresta

Gabinete do Deputado Tarcísio Medeiros

Projeto de Lei Nº 18/2005

Autoria: Deputado Tarcísio Medeiros
Ementa: "Concede Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. João de Souza Lima."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono o seguinte:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. João de Souza Lima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Milton de Matos Rocha",
9 de novembro de 2005.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS
Líder do PPS

JUSTIFICATIVA

O título de cidadão acreano ao Ilmo. Sr. João de Souza Lima ora proposto trata-se de um reconhecimento e agradecimento do Estado do Acre pelos relevantes serviços à sociedade acreana.

O professor João de Souza Lima natural de Fortaleza, mas acreano por opção e de coração tem um trabalho na área educacional que merece todo o nosso respeito e reconhecimento.

Formado pela Universidade Federal do Acre em Geografia, pós-graduado em psicopedagogia consta em seu currículo vários cursos, seminários, palestras, todos voltados para o seu bom desempenho educacional, o que lhe garantiu ainda, exercer cargos de direção na Secretaria de Estado de Educação, e de presidente do Conselho Escolar Colégio Acreano.

Sala das Sessões "Milton de Matos Rocha",
9 de novembro de 2005.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS
Líder do PPS

Gabinete do Deputado Tarcísio Medeiros

PROJETO DE LEI Nº 19/2005

AUTORIA: Deputado TARCÍSIO MEDEIROS
EMENTA: "Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Francisco Pereira da Frota."

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Francisco Pereira da Frota.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Milton de Matos Rocha".

22 de novembro de 2005.

Deputado **TARCISO MEDEIROS**
Líder do PPS

JUSTIFICATIVA

Francisco Pereira da Frota, ou simplesmente Frota, como é chamado por todos é, verdadeiramente um acreano por opção e de coração.

Nascido em Viçosa do Ceará-Ceará, em 4 de outubro de 1954, está em nosso Estado desde 1975. Casado com Maria Milene Lobato Frota, tem quatro filhos, todos criados em nossa Rio Branco.

A partir de sua chegada, em 1975, logo percebeu que o Estado precisava de um comércio forte, com opções de mercadorias para atender o mercado local. Daí iniciou sua atividade no ramo empresarial como comerciante sempre com muita seriedade e probidade o que lhe tornou merecedor, de hoje, ser um empresário de sucesso, e que goza de grande prestígio junto à classe e todos aqueles que direta e indiretamente são beneficiados com os inúmeros empregos que gera. Frota além de ser proprietário de uma grande loja, a Casa da Mãe, é também dono de imobiliária e um pecuarista forte.

Hoje, Frota em seus empreendimentos gera diretamente mais de quarenta empregos contribuindo com o crescimento e fortalecimento do Estado, o que o faz merecedor do título ora pretendido.

Sala das Sessões "Milton de Matos Rocha".
22 de novembro de 2005.

Deputado **TARCISO MEDEIROS**
Líder do PPS

PROJETO DE LEI N. 120 /2005

EMENTA: "Concede o Título de Cidadão Acreano
ao Dr. FRANCISCO JOSÉ MAIA GUEDES".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Acreano ao Dr. FRANCISCO JOSÉ MAIA GUEDES

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005

MOÍSES DINIZ - PCdoB
Deputado da Floresta

Justificativa

O Dr. FRANCISCO JOSÉ MAIA GUEDES é filho de JOSÉ GUEDES DE MELO e TERESA MARIA MAIA DE MELO. Nasceu em Jaguaripe, Ceará, em 21 de setembro de 1966.

FORMAÇÃO:

1973 - 1981 - COLÉGIO JENNY GOMES, Fortaleza-CE
- Ensino Fundamental

1982-1983 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ
- Curso Técnico em Telecomunicações

1984-1985 - ESCOLA DE ESPECIALISTA DE AERONÁUTICA
- Curso de Especialista em Eletrônica

1986 - CENTRO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA - CTA
- Curso de Formação em VOR/DME Equipamento de Proteção ao Vôo

1987 - 1992 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
- Bacharel em DIREITO

2002 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
- Especialização na ÁREA DE VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2005 - UNINORTE
- Pós-graduando MBA em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

1) Escola Técnica Federal do Ceará
Curso de Telecomunicações
Fortaleza-Ceará
Período: ano de 1983
Função: Estagiário

2) Aluno da Escola de Especialistas de Aeronáutica
Curso de Eletrônica
Guaratinguetá - São Paulo
Período: 1984/1985
Função: Serviço Militar Obrigatório e Estagiário

3) Serviço Regional de Proteção ao Vôo de Manaus
Manaus-AM
Período: dezembro/85 e janeiro/86
Função: Sargento Especialista em Eletrônica

4) Destacamento de Proteção ao Vôo de Rio Branco-Acre
Rio Branco-Acre
Período: fevereiro a abril de 1986
Função: Sargento Especialista em Eletrônica

5) Centro Tecnológico de Aeronáutica - CTA
São José dos Campos - São Paulo
Período: maio a julho/1986
Função: Aluno curso de formação em VOR e DME (equipamentos de proteção ao vôo)

6) Destacamento de Proteção ao Vôo de Rio Branco - Acre
Rio Branco - Acre
Período: agosto/86 a novembro/92
Sargento Especialista em Eletrônica e Proteção ao Vôo

7) Procuradoria-Geral do Estado/Defensoria Pública do Estado do Acre
Rio Branco
Período: 1990
Estagiário do Curso de Direito

8) Tribunal Regional Federal 1ª Região, Seção Judiciária do Estado do Acre
Rio Branco - Acre
Período: dezembro/92 a agosto/93
Função: Auxiliar Judiciário

9) Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, 3ª Junta de Conciliação e Julgamento
Rio Branco - Acre
Período: agosto/93, a janeiro/95
Função: Técnico Judiciário - Assistente Judicial

10) Município de Rio Branco
Rio Branco - Acre
Período: fevereiro/95 a janeiro/98
Função: Procurador Jurídico do MRB

11) Município de Rio Branco
Rio Branco - Acre
Período: 1995/1997
Função: Conselheiro Municipal da Criança e do Adolescente

12) Ministério Público do Estado do Acre
Cruzeiro do Sul - Acre
Período: julho/98
Função: Promotor de Justiça com atuação no Projeto Cidadão na Foz do Breu, Município de Marechal-Thaumaturgo numa parceria com o Ministério da Justiça, Governo Federal

13) Ministério Público do Estado do Acre
Cruzeiro do Sul - Acre
Período: novembro/98 a janeiro/99
Função: Promotor de Justiça Eleitoral

14) Ministério Público do Estado do Acre
Rio Branco - Acre
Período: abril/99 até a presente data
Função: Promotor de Justiça Judicial da Infância e Juventude

15) Ministério Público do Estado do Acre
Rio Branco - Acre
Período: janeiro a dezembro de 2004
Função: Promotor Eleitoral com atribuições na 1ª Zona Eleitoral do Estado do Acre

16) Município de Rio Branco
Período: desde janeiro/2005
Função: Conselheiro Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

17) Município de Rio Branco
Período: junho/2004
Função: Integrante-Coordenador da Comissão Municipal do PAIR - Programa de Ações Integradas e Referenciais de enfrentamento da violência sexual no território brasileiro

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005

MOÍSES DINIZ - PCdoB
Deputado da Floresta

PROJETO DE LEI N. 121 /2005

"Institui o ICMS Indígena, destinando a arrecadação deste tributo para as aldeias indígenas, através do Fundo Estadual Indígena."

O GOVERNADOR DO ESTADO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Serão contempladas com o instituto tributário denominado ICMS Indígena as aldeias indígenas do estado do Acre;

Art. 2º - A alíquota relativa ao ICMS Indígena será equivalente aos habitantes indígenas de cada município, de acordo com a legislação pertinente que determina a distribuição do ICMS no estado do Acre;

Art. 3º - os recursos do ICMS Indígena serão destinados às aldeias indígenas, através do Fundo Estadual Indígena e geridos pelo Conselho Estadual Indígena;

Parágrafo único - Em cada município, onde houver, a entidade representativa dos povos indígenas administrará os recursos locais, em acordo com o Conselho Estadual Indígena;

Art. 4º - A definição dos gastos dos recursos em cada aldeia, por etnia, ficará a cargo das comunidades, que têm os seus instrumentos e formas próprias;

Art. 5º - Os recursos serão prestados contas ao Conselho Estadual Indígena e às instituições públicas estaduais de controle;

Art. 6º - As aldeias indígenas de cada município, independente de etnia, podem se organizar para deliberar sobre:

I – Unificação de recursos e de investimentos;

II – Deliberação coletiva sobre os recursos e os investimentos;

III – Constituição de um plano conjunto de longo prazo;

Art. 7º - A Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas representará o Poder Público, junto ao Fundo e ao Conselho Indígenas, no planejamento e na execução dos recursos orçamentários do ICMS Indígena;

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha

23 de novembro de 2005


MOISÉS DINIZ - PCdoB

Deputado da Floresta

PROJETO DE LEI N.º 122 /2005

EMENTA: "Concede o Título de Cidadão Acreano
ao senhor JOSÉ CARLOS DOS REIS MEIRELLES".

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Acreano ao senhor José Carlos dos Reis Meirelles.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005


MOISÉS DINIZ - PCdoB

Deputado da Floresta

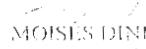
Justificativa

O sertanista José Carlos dos Reis Meirelles trocou São Paulo e a engenharia pelos índios isolados que vivem no Acre, na fronteira do Brasil com o Peru.

Meirelles, que trabalha na Funai desde 1971, atua na Frente de Proteção Etno-ambiental do Rio Envira, há 17 anos. A frente funciona como posto de observação e proteção dos povos indígenas autônomos ou isolados.

A frente funciona como posto de observação e proteção dos povos indígenas autônomos ou isolados. Recentemente, o sertanista foi atacado a flechadas por índios de etnia desconhecida e teve que ser resgatado da área por equipe médica em helicóptero da Aeronáutica.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005


MOISÉS DINIZ - PCdoB

Deputado da Floresta

PROJETO DE LEI N.º 123 /2005

EMENTA: "Concede o Título de Cidadão Acreano
ao Dr. JASONE FERREIRA DA SILVA

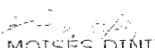
O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Acreano ao Dr. JASONE FERREIRA DA SILVA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005


MOISÉS DINIZ - PCdoB

Deputado da Floresta

Justificativa

O Dr. Jasone Ferreira da Silva é filho de Lindolfo Ferreira da Silva e Maria Ferreira Nunes. Nasceu em Poxoréu, Mato Grosso.

Jasone Ferreira da Silva chegou a Tarauacá no ano de 1985 para atuar como médico no sistema público de saúde. Um fato que vem chamando a atenção em Tarauacá, nesses últimos 20 anos, é que o Dr Jasone Ferreira da Silva nunca abriu um consultório particular ou cobrou uma consulta médica.

Jasone Ferreira da Silva casou-se com Francisca Cabral de Souza, tendo dois filhos: Robson Souza Silva e Maria Cecília Souza Silva. Em 1996, Jasone Ferreira da Silva elegeu-se prefeita de Tarauacá, se reelegendo em 2000.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005


MOISÉS DINIZ - PCdoB

Deputado da Floresta

PROJETO DE LEI N.º 124 /2005

EMENTA: "Concede o Título de Cidadão Acreano
ao Dr. MOISÉS FERREIRA ALENCASTRO E SOUZA

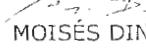
O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Acreano ao Dr. MOISÉS FERREIRA ALENCASTRO E SOUZA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005


MOISÉS DINIZ - PCdoB

Deputado da Floresta

Justificativa

O Dr. Moisés Ferreira Alencastro e Souza é filho de Themistocles Pereira de Souza e Francisca Hilda Ferreira de Souza. Nasceu em 17 de março de 1966, em Fortaleza, Ceará.

Advogado formado pela Universidade Federal de Fortaleza, chegou ao Acre em maio de 1989. Atuou como Advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese do Rio Branco, como assessor jurídico no gabinete do Deputado Sérgio Taboada (PCdoB) e como Advogado do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia.

É membro da Comissão Estadual da Igualdade Racial e da Comissão de organização da I Semana da Diversidade no Acre. Atualmente é Secretário Geral da Coordenadoria da Infância e Adolescência do Ministério Público Estadual.

Sala das Sessões Milton de Matos Rocha,
23 de novembro de 2005


MOISÉS DINIZ - PCdoB

Deputado da Floresta

Gabinete do Deputado Roberto Filho

PROJETO DE LEI N.º 125 /2005

AUTORIA: Deputado ROBERTO FILHO
EMENTA: "Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Edson Américo Manchini."

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Acreano ao Ilmo. Sr. Edson Américo Manchini.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Milton de Matos Rocha",
22 de novembro de 2005


Deputado ROBERTO FILHO

JUSTIFICATIVA

Edson Américo Manchini é paulista, nascido em 13 de janeiro de 1959, mas desde 1978 ao fixar residência em nosso Estado, o adotou como seu, aqui constituindo família e prestando relevantes serviços à comunidade, se considerando um verdadeiro acreano de coração.

Quando chegou a Rio Branco, veio transferido pelo Ministério da Aeronáutica, exercendo a função de Sargento Especialista em Meteorologia Aeronáutica até 1994, quando através de concurso, ingressou no Quadro de Carreira da Procuradoria Geral do Estado, como procurador.

Edson Américo Manchini em 1986 casou-se com a acreana Rosiane Pereira e, é pai de Thiago, Marcelo e Thais Pereira Manchini.

Em 1986 ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Acre-UFAC, formando-se em 2001.

Desde que iniciou sua carreira como Procurador do Estado sempre pauta sua atividade com muita seriedade e probidade. Em 1995 assumiu como chefe a Procuradoria de Patrimônio Imobiliário, e desde de janeiro de 1999 é o Procurador Geral do Estado, contribuindo mais ainda, com o crescimento e fortalecimento da instituição, em defesa do Estado, o que o faz merecedor do título ora pretendido.

Sala das Sessões "Milton de Matos Rocha",
22 de novembro de 2005


Deputado ROBERTO FILHO

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueiredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.

Endereço: Av. Ceará - 3.335.